

maria bárbara levy, seu papel na historiografia econômica no Brasil*

Eulália Maria Lahmeyer Lobo
Professora Emérita da UFRJ

Panorama da Contribuição Feminina

A formação acadêmica de historiadores profissionais no Brasil começou tardiamente, na década de 1930. No Rio de Janeiro, os primeiros profissionais à época da fundação da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras (FNFil), em 1937, foram professores franceses, convidados, mais tarde substituídos, em sua maioria, por brasileiros bacharéis em Direito. Nas décadas de 1930 e 1940 não havia espaço para a pesquisa institucional de História, sendo o objetivo primordial das faculdades de Filosofia a formação de professores para o ensino médio.

Nessa fase inicial só havia uma mulher no corpo docente do Departamento de História e Geografia da Universidade do Brasil, Marina São Paulo Vasconcelos, professora assistente de Antropologia. Em contrapartida, no ensino primário e secundário, atividade considerada legítima, um prolongamento da função materna, as mulheres predominavam amplamente, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Em 1920, o corpo docente desses níveis era constituído, respectivamente, por 81,2% e 75,1% de professoras.¹

* Texto apresentado no simpósio "A participação feminina na construção das novas disciplinas: o caso da historiografia econômica no Brasil", coordenado pelo professor Tamás Szmrecsányi, no V Congresso Latino-Americano de História das Ciências e da Tecnologia, realizado no Rio de Janeiro, entre 28 e 31 de julho de 1998, e promovido pela Sociedade Latino-Americana de História das Ciências e da Tecnologia.

¹ Hahner, June. *A Mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 16.

As primeiras turmas de História da FNFfi foram pequenas, de cinco a dez alunos de ambos sexos, provenientes da classe média. A profissão não era reconhecida, conservando por algum tempo um caráter diletante. As primeiras turmas tiveram inclusive de prestar alguns exames em francês, língua geralmente restrita à elite. As teses de doutoramento só começaram a ser defendidas na década de 1940. As mulheres alcançaram rapidamente um papel de destaque, a despeito dos obstáculos que enfrentaram para ter acesso ao ensino superior em função do sexo e também decorrentes da escassez de recursos para pesquisa e precária formação teórico-metodológica. No Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, das cinquenta teses de doutoramento aprovadas entre 1943 e 1973, 24 foram de autoria feminina.³ As historiadoras venceram sete dos dez concursos de livre-docência realizados entre 1960 e 1974, e responderam por 14 das 21 dissertações de mestrado apresentadas entre 1965 e 1974.

Desde o início, distinguiram-se na história econômica nomes como Nícia Villela Luz, Alice Piffer Canabrava, Myriam Ellis, Emília Viotti da Costa, Maria Thereza Schöerer Petrone, cujas obras são demasiadamente ricas para serem analisadas neste texto. No programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo as historiadoras predominavam no corpo docente. Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a linha de pesquisa econômica sobre fontes para a industrialização do Brasil foi inicialmente coordenada pela professora Déa Ribeiro Fenelon.

No Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da Universidade Federal Fluminense, das 72 dissertações aprovadas entre 1974 e 1983 no mestrado em História, 38 foram da autoria de historiadoras. A temática predominante nesses trabalhos era a da História Econômica. Das teses versando sobre Economia, cinco poderiam também ser classificadas em História Social e Regional. Seis das teses incluídas na categoria de História Política também apresentavam, por sua vez, aspectos de História Econômica Regional e Urbana. Na categoria de História Social encontravam-se seis teses que poderiam ser listadas concomitantemente como História das Idéias (uma), História Econômica (três),

³ Lapa, José Roberto Amaral. *A História em Questão — historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976; Lista de mestrados do Brasil da CAPES, 1983; Lista de mestrados e doutorados da Universidade Estadual de São Paulo, 1976, p. 85 e 86.

História Regional (uma) e História Urbana (uma). Mas, apenas uma tese versava sobre o tema da mulher, a da professora de História da América Latina, Rachel Sohet, intitulada "Bertha Lutz e a ascensão social da mulher: 1919-1937", aprovada em junho de 1974.

O curso de Mestrado em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, antiga Universidade do Brasil, subordinado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), foi credenciado pelo Conselho Federal de Educação somente em 1982. Compreendia duas áreas de concentração: uma em história do Brasil e outra em Roma e Idade Média Européia. Contava, na ocasião, com um corpo docente de quinze professores, dos quais oito eram historiadoras. De 1968, ano em que foi baixado o Ato Institucional n° 5, até o fim da ditadura na década de 1980, foram defendidas apenas duas dissertações, ambas de autoras mulheres.

A temática quanto à História do Brasil era basicamente econômica (lei de terras, sesmarias, economia regional, comércio no século XVIII) e cobria os períodos colonial e imperial. Destacaram-se, em História Econômica, Maria Yedda Leite Linhares, que não se dedicou exclusivamente a esta matéria, Maria Bárbara Levy, Philomena Gebran e Célia Freire d'Aquino Fonseca. O curso de Doutorado em História no IFCS só se consolidaria após o retorno da democracia.

No Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), da Faculdade Cândido Mendes, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a participação das pesquisadoras tem sido importante, prevalecendo como áreas de concentração de pesquisa a História Política e a História das Idéias. Naturalmente, não existe uma separação rígida entre os vários ramos da História, e no caso dos Estudos Urbanos os vários enfoques entrelaçam-se.

O curso de mestrado da Universidade Federal do Paraná especializou-se inicialmente em História Demográfica, História dos Portos e Regional. As pioneiras do programa de pesquisas foram Cecília Maria Wesrphalen e Altiva Pillati Balhana, Odah Regina Guimarães Costa e Maria Ignês M. Boni. Os temas preferidos foram as comunidades imigrantes, a ocupação das terras e a estrutura agrária. Na produção sobre História Regional paranaense, predominavam as historiadoras e os temas econômicos — tais como *Imprensa e Escravidão no Paraná*, de Maria Elisa de Campos Graf; *A Ação Empresarial do Barão do Serro Azul*, de Odah Costa, *A Madeira na Economia Paranaense*, de Aida Mansa-

ni Levalle, e *Cafeicultura Paranaense: 1900-1970*, de Nadir Aparecida Cancian.³

A pós-graduação no Paraná tem-se caracterizado pelo uso de técnicas quantitativas na pesquisa demográfica, econômica e em especial do comércio. Na pesquisa demográfica foi usado o método de Henry, que sofreu modificações a fim de adaptá-lo ao tipo de fontes encontradas no Brasil. Também no curso de pós-graduação da Universidade de Santa Catarina, criado em 1975, foi estabelecida uma linha de pesquisa em História Econômica, sendo porém reduzida a presença feminina na fase inicial.

O curso de pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, fundado em 1974, tinha um corpo docente de 16 professores, dos quais quatro eram do sexo feminino. Funcionava junto ao curso o Centro de Pesquisas Históricas, cujo objetivo era incrementar a pesquisa histórica regional nos campos de povoamento, economia, política, sociedade, arte e folclore do Rio Grande do Sul. Das 42 dissertações defendidas entre 1974 e 1983, 26 foram de autoria de historiadoras. Entre as que foram publicadas, figuram as seguintes: *Imigração e Ideologia*, de Beatriz Maria Lazzari (Editora da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 1980); *A Ferrovia Gaúcha e as Diretrizes de "Ordem e Progresso"*, de Luiza Helena Schwitz Kliemann, (separata da revista *Estudos Ibero-Americanos*, III, 1977, PUC/RS); *República Velha Gaúcha: Charqueadas, Frigoríficos, Criadores*, de Sandra Jatahy Pesavento (Editora Movimento, Porto Alegre, 1980); *A Indústria Têxtil do Rio Grande do Sul, 1910-1930*, de Heloísa Jochins Reichel (Mercado Aberto, Porto Alegre, 1978); *A Formação da Primeira Rede de Vilas no Rio Grande de São Pedro*, de Vera Lúcia Maciel Barroso (separata da revista *Estudos Ibero-Americanos*, VI, 1980, PUC/RS); *Canção dos Imigrantes*, de Hilda Hübner Flores (Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Universidade de Caxias do Sul, Porto Alegre/Caxias do Sul, 1983); e *Rio Grande do Sul: Escravidão e Abolição*, de Margaret Marchieri Bakos (Mercado Aberto, Porto Alegre, 1982).

Na Universidade Federal de Mato Grosso, o Departamento de História se destacando por uma organização modelar e por ter instalado um arquivo especialmente rico em assuntos econômicos, comerciais e fazendários. Essa universidade financiou missões que se incumbiram de

³ Todos estes trabalhos foram publicados em *Estudos Paranaenses*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1981.

fotocopiar documentos na Europa e no Rio de Janeiro, relativos à história do planalto do Oeste e das zonas limítrofes. Seu Departamento de História e o Museu Rondon promoveram várias linhas de pesquisa, entre as quais se destacam as seguintes: *A Inserção do índio na Sociedade Nacional*, na qual trabalhou a pesquisadora Maria Fátima Roberto; *A Mineração em Mato Grosso: período colonial*, da qual participou Elizabeth M. Siqueira; *As Diferentes Etapas de Ocupação e Exploração da Terra em Mato Grosso (1930-1970)*, na qual estava engajada a pesquisadora Wilma Paixão Lian; *A Economia Açucarara em Mato Grosso — séculos XVIII, XIX e XX*, desenvolvida por uma equipe integrada por Martha Arruda D. Paiva, Neuza M. Bini P. Rosa e Therezinha Jesus Arruda; *Mato Grosso — Período Imperial, as relações de trabalho entre proprietários dos meios de produção e os produtores diretos*, dirigida por Lúcia Helena Gueta Aleixo e Maria Inês C. Portugal.

Nestas pesquisas predomina o interesse pela História Regional e pela História Econômica (ocupação da terra, mineração, economia açucareira, relações de produção). O trabalho sobre a economia açucareira pretende especificar a formação das oligarquias locais dentro do contexto socioeconômico e político nacional. Várias outras procuram articular o regional e o nacional. Além dessas pesquisas foi feito um levantamento de fontes primárias do Arquivo da Delegacia do Ministério da Fazenda de Mato Grosso por Regina B. G. N. Corrêa, Elizabeth M. Siqueira e Janete Cerqueira. No programa de documentação histórica trabalharam Ana Mesquita M. de Paiva, Maria M. P. C. Real, Nilza F. Geremias. Numa pesquisa conjunta do Departamento de História com o Departamento de Serviço Social, intitulada *Colonização como Estruturação Socioeconômica da Fronteira Agrícola*, participou uma pesquisadora de serviço social, Cleria B. Costa.

O curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia tinha uma área de concentração em História e outra em Sociologia. A de História enfatizava as pesquisas de âmbito regional, a história dos movimentos sociais urbanos e rurais, a história do negro e da África Negra, e a história econômica. Dos 19 professores que compunham o corpo docente de mestrado em ciências sociais, seis eram mulheres, entre elas Kátia M. de Queirós Mattoso, que trabalhou com diferentes temas de História Econômica (abastecimento e mercado urbano, sistema fundiário na região do cacau), lançando mão de técnicas quantitativas e estatísticas, afora as pesquisas não vinculadas diretamente à Economia.

O curso de Mestrado em História da Universidade de Brasília teve

como área de concentração a História Política do Brasil e a das Relações Exteriores do Brasil. Três professoras ensinavam neste curso de pós-graduação: Luciara Silveira de Aragão e Frota, que pesquisava na área econômica e social do Nordeste e publicou trabalhos sobre a documentação oral como fonte histórica; Adalgisa Maria Vieira do Rosário, que se dedicou ao estudo do Estado, da Igreja e do ensino; e Tânia Navarro Swaiss, preocupada sobretudo com a história agrária do Paraná. Das 22 teses de mestrado defendidas entre 1978 e 1983, 12 foram de autoria feminina, sendo cinco na área de Relações Internacionais e sete na área de Brasil. Das teses sobre História do Brasil, duas poderiam ser classificadas também como de História Econômica e duas como de História Social.

O curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco tinha como áreas de especialização a História do Brasil e História do Nordeste (Colônia, Império, República e período contemporâneo). Dos 22 professores que compunham o corpo docente deste curso de pós-graduação, apenas duas eram mulheres: Gabriela Martin e Maria do Socorro Ferraz Barbosa. O mestrado respondia pela publicação *Cadernos de História*, cujo primeiro número, lançado em 1983, teve como tema central o trabalho e o poder no Nordeste.

Significativa e importante, a contribuição feminina à historiografia brasileira⁴ caracteriza-se, em primeiro lugar, por não propor uma história alternativa da mulher — ao contrário do que se observa na Sociologia e na Antropologia recentes. Essa produção é relevante quantitativa e qualitativamente, predominando nas teses, dissertações de mestrado e nas pesquisas históricas, a temática econômica até meados da década de 1980. As historiadoras têm participado da renovação metodológica da História, da organização da pós-graduação, dos programas de pesquisa e dos órgãos financiadores das universidades. Do final da década de 1980 à atualidade, houve um recuo da História Econômica e uma ascensão da História Cultural — das idéias, das mentalidades, de gênero — reforçando-se a tendência de atribuir à História um objetivo exclusivo de registro e memória.

⁴ Cabe destacar que nesta breve introdução, considereí apenas de forma indicativa os principais centros acadêmicos de pesquisa e os trabalhos cujo eixo básico fosse o econômico. Os dados quantitativos foram obtidos em resposta a uma carta circular enviada aos principais centros de pós-graduação do País.

Maria Bárbara Levy e seu Papel na Historiografia Econômica Brasileira

Maria Bárbara Levy formou-se em História no IFCS/UFRJ, em plena época da ditadura militar. O clima era de efervescência, de debates e de questionamento teórico, de resistência à perseguição política governamental. O IFCS protestava de público contra os abusos aos direitos humanos, as demissões, as expulsões de alunos e professores, as ameaças e prisões. O Instituto chegou a ser alvo de um ataque a bomba, cuja responsabilidade a cúpula da UFRJ jamais exigiu que fosse apurada, numa atitude de total pusilanimidade e conivência passiva.

Maria Bárbara salientou em várias oportunidades a importância que tiveram na sua formação os professores Maria Yedda Leite Linhares e Manoel Maurício de Albuquerque. Na década de 1960, houve uma renovação da História com o método de quantificação dos dados seriados repetitivos, que abria novas perspectivas de estudo histórico na Demografia e na Economia em particular. Os historiadores tradicionais resistiam às inovações, privilegiando o estudo dos fatos singulares. O IFCS procurava associar ao estudo teórico a prática da pesquisa. O recém-criado Conselho de Pesquisa da UFRJ financiava bolsas para os alunos engajados nas pesquisas institucionais. Maria Bárbara iniciou sua pesquisa sobre Demografia Histórica nas paróquias do Rio de Janeiro, no século XIX, sob a orientação da professora Maria Yedda Linhares, responsável pela criação dessa linha de pesquisa.

Manoel Maurício de Albuquerque rompia nessa época com a História Política de caráter descritivo e narrativo, e engajava-se no estudo do marxismo sob outros enfoques — como o althusseriano — que exerceu grande influência na sua obra. Manoel Maurício era uma personalidade fascinante. Aliava ao seu extraordinário desempenho como professor uma solidariedade humana que perpassava sua vida profissional e cotidiana.

Na formatura, em 1967, como bacharel e licenciada em história, Maria Bárbara foi escolhida oradora, pronunciando um discurso radical em que evocava o futuro levante das forças populares rurais. A cerimônia foi tumultuada e, apesar da retirada do diretor do IFCS da sala, chegou ao final.

Com o advento do AI-5, em dezembro de 1968, e com o conseqüente cancelamento dos projetos de pesquisa do IFCS pelo professor Raimundo Moniz de Aragão e a expulsão de diversos professores e alunos, a professora Maria Yedda Leite Linhares procurou abrir alterna-

tivas para o estudo e a pesquisa histórica livres, organizando o Colégio Brasil. Neste, o professor Frédéric Mauro, da Université de Paris X, ministrou um curso sobre métodos quantitativos (março-dezembro de 1968), do qual Maria Bárbara participou. O Colégio Brasil sofreu um atentado à bomba, sendo fechado, e o curso livre de História, dirigido por Manoel Maurício de Albuquerque, foi invadido pelas forças policiais da ditadura em 1969.

Diante da impossibilidade de fazer livremente pesquisas de História no Rio de Janeiro, Maria Bárbara recorreu à Fundação do Amparo à Pesquisa (FAPESP), mantida pelo governo paulista, da qual obteve uma bolsa de mestrado, ainda em 1968. Em 1970, ela alcançou o título de mestre, na área de concentração de Metodologia no Departamento de História da USP, com uma dissertação intitulada *Demografia Histórica do Rio de Janeiro, 1808-1872*.

Paralelamente, começou a dedicar-se ao magistério de História no ensino médio. Foi professora do Colégio Sacré Coeur de Jesus (1967-1968), da SPEG (1968), do Colégio Santa Úrsula (1968-1971), do Curso Alfa (1969-1971), do Colégio Pedro II (1970) e do Colégio Santo Antônio Maria Zaccaria (1970-1971). Foi ainda professora assistente de História Econômica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1970-1972). Em 1971, foi aprovada no concurso de professora auxiliar de História Econômica do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Ainda em 1971, Maria Bárbara recebeu uma bolsa de doutorado da Embaixada da França para o período 1971-1975. Fez o curso na Universidade de Paris X-Nanterre, sob a orientação do professor Frédéric Mauro, destacado especialista da história econômica de Portugal e do Brasil, interessado na História do Comércio, dos Portos e Financeira. Sua tese, intitulada *Histoire de la Bourse de Valeurs de Rio de Janeiro*, foi defendida em 1975, tendo recebido o mais alto grau de conceituação acadêmica. Os professores Adéline Daumard e Celso Furtado participaram da banca examinadora. A pesquisa tornou-se possível graças à organização do Arquivo Histórico da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, por iniciativa de Maria Bárbara e realizada por Mônica Hirst, Lúcia Lahmeyer Lobo e Graça Salgado, contando com a ajuda de Manoel Luiz Salgado Guimarães.

Maria Bárbara foi professora convidada de História Contemporânea do Brasil na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de 1975 a 1977. Nesse período de sua vida profissional, deve ser salientada a importância do Instituto Brasi-

leiro de Mercado de Capitais (IBMEC), que lhe abriu a possibilidade, ainda em 1971, do exercício da pesquisa e do ensino, sem promover qualquer discriminação política. A própria Maria Bárbara reconhece o papel dessa instituição em sua carreira:

"... fiz parte durante onze anos (1971 a 1982) do IBMEC, pequena instituição privada de pesquisa, onde a interdisciplinaridade era uma prática cotidiana. Na afinidade que se foi criando com meus amigos de sempre aprendi a linguagem de muitas ciências".⁵

O IBMEC financiou várias de suas pesquisas e publicou os seus resultados. Este foi o caso de *História dos Bancos Comerciais no Brasil* (1972), de *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro* (1977) e também de um ensaio, no qual colaborou, sobre bancos comerciais no Brasil entre 1900-1945, de autoria de Hélio O. Porto Carrero de Castro e Nelson Laks Esterik (1978).

Abrangendo o período que se estende do início do século XIX à década de 1970, *História dos Bancos Comerciais no Brasil* é um trabalho pioneiro na área de História Financeira, uma vez que estuda os bancos levando em conta o contexto econômico, social e político, em contraste com as obras de tipo descritivo que prevaleciam na época. Segundo a Autora, o sistema institucional de financiamento surgiu e se desenvolveu no Brasil tendo como instituição praticamente única o banco comercial. As questões que esse fato suscita, apesar de sua importância, tinham sido até então pouco estudadas.

Apoiada basicamente nos Retrospectos do *Jornal do Comércio*, nos relatórios do Ministério da Fazenda e em extensa bibliografia, Maria Bárbara analisou o surgimento do primeiro Banco do Brasil no período de transição entre o *status* colonial e a formação do Estado Nacional, correlacionou a multiplicação dos bancos comerciais e dos vales bancários com o restabelecimento das exportações do Nordeste e a expansão do café no vale do Paraíba, conferindo-lhes o papel de canalizador dos recursos das atividades rurais para a cidade em benefício de uma burguesia mercantil. Depois de apontar o início do alargamento do crédito e da especulação financeira em meados do século XIX, tratou da crise de 1864, cuja raiz foi atribuída por ela às dificuldades do setor urbano de se apropriar de parte do excedente das atividades ex-

⁵ Levy, Maria Bárbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, Prefeitura do Rio de Janeiro, 1994, p. 5.

portadoras. Em outro capítulo, estudou as dificuldades da vida financeira num quadro de domínio do sistema agrário-exportador, salientando o caráter precário do crescimento industrial na época da Guerra do Paraguai, e enfocando a crise decorrente da abolição do trabalho escravo, que exigia a expansão do numerário e do crédito.

O capítulo sobre o Encilhamento já prenunciava seus estudos posteriores sobre o tema. Procedendo a uma ampla revisão historiográfica, Maria Bárbara demonstrou que novas empresas foram fundadas e prosperaram, e que muitas das que quebraram eram meramente especulativas, revelando uma face positiva da crise. O trabalho também discutiu o monetarismo ortodoxo e a crise bancária de 1900, correlacionando estas questões às lutas entre os grupos financeiros nacionais e estrangeiros e à evolução do sistema bancário. Este último funcionara sob a égide da proteção ao café, que exigia a participação do Estado, em expansão a partir da Primeira Guerra Mundial.

O desenvolvimento da indústria na década de 1930 requereu uma mudança no sistema bancário, promovida com o auxílio do Governo. No último capítulo, a Autora fez um sucinto balanço da expansão do sistema bancário de 1930 à década de 1960, enfatizando a ampliação da rede bancária, a elevação do número de agências, o predomínio do Sul e a burla à *lei da usura*. Finalmente, mostrou o declínio do crédito ao setor privado dos bancos comerciais na década de 1970, a baixa dos depósitos à vista em benefício de títulos de instituições extra-bancárias, a tendência à fusão e concentração e a atuação no mercado direto ao consumidor, por intermédio das financeiras associadas.

Adotando como pressuposto a convicção de que "... a estrutura financeira do Brasil assentou-se fundamentalmente sobre dois tipos de instituições: bancos comerciais e bolsas de valores"⁶, já presente no texto acima resenhado, Maria Bárbara publicou alguns anos depois sua *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Esta entidade ainda não fora tomada como tema central de pesquisa até aquela época. Julgava a Autora que as operações da Bolsa estão na raiz da transformação do processo produtivo, e se desenvolvem *pari passu* à expansão do comércio do café, ao aumento do volume da moeda circulante e à ampliação dos horizontes de acumulação mundial. Analisou a origem da bolsa a partir da organização dos corretores, destacando seu caráter corporativo, e defi-

⁶ Levy, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1977, p. 3 e 4.

niu o sistema financeiro como um instrumento regulador que atua sobre a estrutura produtiva e opera a adequação entre o sistema de apropriação e a demanda interna final. Procurou identificar as descon- tinuidades na interação da estrutura financeira e econômica observadas ao longo desse processo de adaptação, incluindo na sua interpretação as variáveis de caráter político. Para essa pesquisa, na qual associou as técnicas quantitativa e qualitativa, recorreu aos relatórios da Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos, aos livros de registro das cotações, à correspondência, manuais e protocolos encontrados no Ar- quivo Histórico da Bolsa.

O trabalho foi dividido em dez capítulos, sendo o primeiro dedica- do à análise dos mecanismos de atuação da burguesia portuguesa para se apropriar do produto social do Brasil, o segundo e terceiro à forma- ção do Estado Nacional, à integração do País no sistema de acumulação em escala mundial e à reestruturação da produção e do sistema finan- ceiro. O quarto capítulo tratava da historiografia sobre o Encilhamento, dimensionando o porte das operações especulativas. O quinto analisava a reestruturação da corporação dos corretores face ao debate entre libe- ralismo e regulamentação, e o sexto procurou aferir o impacto da es- peculação cambial sobre a fixação das taxas, entre os preços internos e o câmbio. O sétimo capítulo abordava a burocratização da corporação dos corretores, o oitavo os resultados da nova política intervencionista a partir de 1930, o nono as conseqüências do crescimento industrial so- bre a Bolsa, salientando a superação das operações de títulos da dívida pública pelas ações das empresas, enquanto que o décimo e o último capítulo estudava o impacto da inflação sobre a Bolsa e a absorção do sistema financeiro pelo bancário no período do regime militar. Esta breve indicação da temática contida na *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro* pretende oferecer uma idéia da amplitude e complexidade da obra.

Em 1978, o IBMEC instituiu um programa de pesquisas em His- tória Financeira do Brasil, contando com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O programa se propunha a analisar a es- trutura financeira e as inter-relações das transações financeiras com o processo produtivo. Estava prevista a pesquisa sobre a história financeira do Brasil colonial, do período de transição para o capitalismo e da economia capitalista contemporânea. Maria Bárbara foi a coordenado- ra do projeto de história financeira do IBMEC e autora do primeiro volume, *História Financeira do Brasil Colonial*, publicado em 1979.

Nesse trabalho, a Autora discutiu o conceito de capital usurário —

aquele que se reproduz através da cobrança de juros na negociação da mercadoria dinheiro — para analisar a existência de um modo particular de acumulação de capital-dinheiro, propiciada pelo grande circuito comercial que integra as áreas coloniais à Europa. Desenvolvendo o tema no interior do quadro teórico geral de modo de produção e do conceito de acumulação primitiva do capital, Maria Bárbara estabeleceu uma periodização baseada num critério que correlacionava o sistema financeiro ao processo produtivo, considerando a economia como um todo, e levando em conta o papel do Estado no nível político-jurídico, de gestor da oferta de moeda.

Ela descreveu o processo da dominação dos produtores pela burguesia mercantil, na exportação do açúcar, na oferta da mão-de-obra escrava, no equipamento e abastecimento dos engenhos, no custeio das safras e nos fretes. Demonstrou como aumentou o endividamento dos produtores na economia açucareira durante a ocupação holandesa. Naquele período, a Companhia das Índias Ocidentais introduziu moeda de curso forçado, expandindo o crédito dos comerciantes autônomos e das confrarias religiosas. A Colônia vivia uma permanente escassez monetária devido à balança comercial desfavorável em relação à Metrópole. Maria Bárbara analisou ainda o aumento do vulto das transações comerciais e da apropriação pelo Estado, bem como as tentativas, esboçadas no final do século XVIII, de organizar uma circulação fiduciária à base de emissões de papel-moeda.

Além dessas obras, Maria Bárbara produziu naqueles anos uma série de artigos sobre capital usurário e financeiro, gestão monetária na formação do Estado Nacional, Encilhamento, circulação da moeda nacional, sistema bancário brasileiro, crédito na circulação monetária na economia mineradora.⁷ Além de coordenadora do programa de pesquisas do IBMEC, Maria Bárbara foi professora de História Financeira do Brasil dessa instituição, e membro do Conselho Editorial da *Revista Brasileira de Capitais*.

Foi graças à atuação de Maria Bárbara que, num momento em que

⁷ Ver, entre outros, "O capital usurário e o capital financeiro". *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*, IBMEC, Rio de Janeiro, 7:47/41, jun/abr.1977; "A gestão monetária na formação do estado nacional". *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*, IBMEC, Rio de Janeiro, v. 6, n.17, 1980; "O Encilhamento". In: Neuhaus, Paulo (coord.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980; "Fundamentos do sistema bancário no Brasil (1838-1860)". *Estudos Econômicos*, v. 15, n° especial, São Paulo, 1985.

os professores demitidos pelo AI-5 encontravam-se totalmente marginalizados, eu obtive financiamento do IBMEC para desenvolver uma ampla pesquisa sobre o Rio de Janeiro, daí resultando a obra, também publicada por iniciativa do Instituto, intitulada *História do Rio de Janeiro, do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Nesse trabalho foram incorporados, por sugestão da Maria Bárbara, os dados consolidados da sua pesquisa sobre demografia do Rio de Janeiro.

Infelizmente, no final da década de 1970, pressões políticas fecharam o espaço do IBMEC para a pesquisa histórica livre. Nessa oportunidade, Maria Bárbara já tinha assegurada uma sólida reputação de historiadora, tendo sido convidada para trabalhar na Faculdade de Economia e Administração (FEA) da UFRJ, que, segundo suas próprias palavras, "... abriu suas portas para mim, apesar de eu ser 'uma estranha no ninho'".⁸

Esse momento foi de reencontro com o meio universitário. Tornou-se professora adjunta, por concurso, de História do Pensamento Econômico e História Geral da Formação Econômica do Brasil, da FEA (1979), professora adjunta de História (pós-graduação) do IFCS/UFRJ (1981) e professora adjunta de História Econômica, também por concurso, do ICHF/UFF (1982). Coordenadora de pesquisa na FEA, Maria Bárbara orientou dissertações e teses nas três instituições de ensino superior acima mencionadas, estimulando a produção acadêmica em História Econômica. No final da década de 1980, foi professora-visitante na Universidade de Paris X em Nanterre.

Nesse período de intensa atividade, propiciada pela desagregação da ditadura, Maria Bárbara interessou-se pela História de Empresas, vistas numa perspectiva ampla, integradas à economia como um todo. Para dar vazão a esse interesse, constituiu uma empresa particular, a Efemérides Pesquisa Histórica e Documentação, para a qual me convidou como sócia. Já em 1985, a Efemérides promoveu o estudo da história da Sul América, procurando analisar o papel dessa empresa no desenvolvimento econômico e urbano do Brasil. No final de 1987, atendendo a convite do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, entidade vinculada à Eletrobrás, *holding* estatal do setor elétrico brasileiro, a Efemérides, por intermédio de Maria Bárbara, coordenou uma equipe constituída por Almir Pitta Freitas Filho, Elisa Müller e Júlio César

Levy, Maria Bárbara. *Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas — esboços de história empresarial* Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria de Cultura, Editora UFRJ, p. 7.

Gomes, responsáveis, respectivamente, por uma monografia sobre a energia e o desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro, uma análise comparativa da atuação de três empresas estaduais de energia elétrica (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná) e um texto sobre os padrões de financiamento da produção de energia elétrica no Brasil.

Naqueles anos, Maria Bárbara participou de vários congressos, nos quais sempre apresentou trabalhos. Em 1986, compareceu ao III Seminário da Economia Mineira, realizado em Belo Horizonte, por iniciativa do Centro de Desenvolvimento e Planejamento, da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo apresentado uma publicação intitulada *Crédito e Circulação Monetária na Economia da Mineração*. No ano seguinte, no I Congresso de História da Energia, promovido em São Paulo pela Eletropaulo e pela Eletrobrás, levou o texto *As Tarifas da Energia Elétrica na Composição dos Custos Industriais do Rio de Janeiro no Início do Século*. No VII Simpósio Internacional de História Econômica do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), evento que teve lugar em Buenos Aires, em 1987, marcou presença com o trabalho *Industrialização, Previdência Social e Urbanização — o papel das seguradoras*. Em 1988, num simpósio internacional realizado na cidade alemã de Nürenberg, promovido pela Arbeitsgemeinschaft der Deutsche Latein Amerikas Forchung (ADLAF), apresentou *The Foreign Market Exchange (Rio de Janeiro, 1849/1960)*. Finalmente, em 1989, no Colloque sur l'Imaginaire en Amérique Latine, que teve lugar em Paris, esteve presente com o texto *L'Imaginaire de la spéculation boursière et de l'entreprise familiale au Brésil*.

Em 1990, a Efemérides — atendendo à solicitação de Maria Ubiracira Barbosa Maia, chefe do Patrimônio Histórico Cultural da Rio Light, apoiada pelo engenheiro Túlio Romano, presidente da empresa — empreendeu uma pesquisa institucional sobre a Rio Light, que contou com a colaboração da FEA/UFRJ e do CNPq. O prazo de um ano para a realização da obra e a desorganização dos arquivos da empresa tornaram necessária a participação de uma equipe numerosa — catorze profissionais —, além do pessoal de apoio técnico e administrativo. A coordenação foi de Maria Bárbara e minha.

A escolha da Rio Light como objeto de pesquisa justificou-se pelo seu caráter singular quanto ao volume de capital investido, à magnitude da mão-de-obra empregada, ao treinamento de mão-de-obra nacional visando aumentar a produtividade, ao quase monopólio que exercia nos serviços públicos e ao papel que desempenhou no desenvolvimento da indústria, no aporte de tecnologia estrangeira avançada e na pró-

pria conformação da cidade do Rio de Janeiro. Deve-se destacar também o impacto que a instalação da Rio Light exerceu na produção nacional de insumos destinados à empresa. Os marcos cronológicos que nortearam a pesquisa foram os anos de 1904 (instalação da empresa) e 1979 (sua compra pelo Estado brasileiro).

Os resultados da pesquisa deram origem ao texto *Estudos sobre a Rio Light*, ainda inédito, dividido em quatro partes, dando conta da história institucional, da estrutura organizacional e do padrão tecnológico da empresa, e incluindo as biografias de quatro pioneiros que foram diretores da Rio Light em momentos representativos de sua trajetória. Colaboraram nessa história institucional da Light (1904-1979), os pesquisadores Daniela Calainho, Márcia Castanon, Leila Hallack Dacorso, Bernardo Kocher, Deborah Maria Raison, Amara Silva de Sousa Kocha e Elisabeth von der Weid, além de auxiliares de pesquisa. A investigação baseou-se nos arquivos da Rio Light, sobretudo nas séries de relatórios da empresa, na correspondência, em material do Departamento Jurídico, nas revistas da empresa, nos recortes de jornais da grande imprensa, em entrevistas, na documentação da Brazilian Traction Light and Power Company, do Arquivo de São Paulo Light, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, além de fontes secundárias e outras de menor importância.

O crescimento da Rio Light dependeu da evolução econômica e demográfica do Rio de Janeiro, do mercado financeiro mundial, da diversificação de atividades, da sua eficácia administrativa e das políticas empreendidas pelo Estado brasileiro. Este último fator teve grande peso, dada a natureza da produção da Rio Light, diretamente vinculada ao desenvolvimento urbano, espacial, econômico e social.

Tomando-se como referencial a política do Estado para periodizar a história da Rio Light, três grandes períodos foram demarcados: de 1904 a 1934, em que prevaleceu uma posição favorável ao capital estrangeiro e ao mercado livre; de 1934 a 1950 no qual predominou a política nacionalista, o protecionismo; e de 1950 a 1979, quando se encaminhou a estatização da empresa. Levando-se em consideração o desenvolvimento da cidade e do Estado do Rio de Janeiro, houve um período de expansão acelerada e outro de declínio da taxa de investimentos, da aplicação de recursos federais, do índice de produção e do poder de decisão por vários fatores, inclusive a transferência da Capital Federal e a estagnação do início da década de 1960.

O estudo da estrutura organizacional da Rio Light ficou a cargo de Almir Pita Freitas Filho, que procurou considerar a empresa não como

uma simples unidade de produção, mas como uma organização complexa, preocupada com questões tanto de ordem da produção e da distribuição, quanto financeiras e aquelas relativas às mudanças tecnológicas, entre outras. O mesmo autor também vinculou, por meio desse estudo, a micro com a macro economia. No arquivo da Rio Light só foram encontrados organogramas das décadas de 1960 e 1970, obrigando Almir a buscar dados nos relatórios da Rio Light, na Revista Light, nas ordens e memorandos do Departamento de Administração e do Departamento dos Acionistas, e até em fotografias.

Por ocasião da fundação da empresa em 1904, a sede ficava em Toronto, no Canadá. A direção compunha-se de um presidente e um *board of directors*, cabendo ao vice-presidente executivo um papel-chave na condução da empresa. Em 1905 já contava com um vice-presidente residente no Rio de Janeiro. Na diretoria que atuava no Brasil, destacava-se o superintendente geral, abaixo do qual estavam os superintendentes dos principais setores de serviços a que se dedicava à empresa (transporte, eletricidade, telefonia, gás), a partir dos quais se estruturavam os diferentes departamentos que se multiplicaram no correr do tempo.

Foi somente em 1959 que as empresas do grupo Light se tornaram sociedades brasileiras, administradas por uma diretoria eleita pelas assembleias gerais de acionistas e por um conselho de administração. Em 1960, a Rio Light já estava subordinada a *Brazilian Traction*. Em 1967, ocorreu a fusão das empresas do Rio de Janeiro e de São Paulo, estabelecendo-se uma administração central, duas superintendências e dois comitês de coordenação. Nesse período, os organogramas refletiam a estratégia de diversificação de investimentos da *holding*. Em 1973, procurou-se estabelecer uma unificação de comando e uma descentralização das tarefas executivas, dentro do contexto de um planejamento financeiro e empresarial unificado.

Elisa Müller ficou incumbida da monografia intitulada *Padrão Tecnológico da Light*, na qual detalhou as técnicas usadas na geração de energia e nas redes de transmissão e distribuição. A pesquisadora desenvolveu sua análise a partir de três indagações básicas: a) qual o impacto da Rio Light sobre o desenvolvimento da indústria brasileira? b) como eram formulados e executados os projetos da Rio Light? c) como se processou a transferência de conhecimentos técnicos aos brasileiros que pertenciam a seus quadros?

Pedro Tórtima foi o responsável pelo ensaio *Biografias de Pioneiros: quatro diretores da empresa ou a teoria dos vasos comunicantes*. Este autor analisou a formação dos diretores escolhidos, as suas visões de mundo,

qualificação técnica e ligações com o capital e a política. Foram destacados Frederick S. Pearson, o primeiro diretor presidente da Rio Light, Percival Farquhar, ambos engenheiros norte-americanos, ligados ao capital canadense e dos Estados Unidos; Alexandre Mackenzie, advogado e empresário canadense e Alfredo Maia, engenheiro brasileiro com importantes vinculações no cenário político nacional. O trabalho baseou-se em fontes dos arquivos da Light, Arquivo Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Depois do trabalho para a Rio Light, a Efemérides levou a cabo uma pesquisa cujo resultado foi a elaboração de uma agenda histórica, amplamente ilustrada, para o ano de 1992, do grupo Supergasbras, encomendada pela Memória Brasil. Ainda no âmbito de história de empresa, Maria Bárbara organizou, com grande sucesso, a Conferência Internacional de História de Empresas realizada em Niterói, de 22 a 25 de outubro de 1991, pouco antes de sua morte.

Participaram deste evento setenta pesquisadores e empresários de nove países que apresentaram comunicações e debateram temas sobre História dos Bancos, das Empresas industriais, comerciais e agrícolas, públicas e familiares, da Ordem Social, Meio Ambiente e da Formulação das políticas públicas e a empresa. O conferencista que encerrou a reunião, Professor Jacob Frankel,⁹ destacou a grande expansão do estudo das empresas e do reconhecimento de sua importância como principal agente característico do capitalismo moderno. Ele assinalou, porém, um descompasso entre a pesquisa empírica e a definição de uma teoria do crescimento da firma, que poderia vir a ser formulada por meio de uma visão multidisciplinar, como a que prevaleceu na Conferência.

O último livro de autoria de Maria Bárbara — *Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas, Esboços de História Empresarial* — foi apresentado originalmente como tese para concurso de professor titular da FEA/UFRJ em 1988 e só foi publicado postumamente em 1994, por iniciativa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria de Cultura, em colaboração com a Editora da UFRJ. Este trabalho apresenta, além de outros méritos, o de sintetizar o conjunto da sua pesquisa numa perspectiva crítica e renovadora.

⁹ Frankel, Jacob. *Aspectos da Evolução Tecnológica das Empresas*. Anais, Conferência Internacional de História de Empresas, Niterói, 22 a 25 de outubro de 1991, Rio de Janeiro, Gráfica da UFRJ, s.d., p. 493 a 497.

Na Introdução, a Autora faz uma revisão da História Empresarial, da Econometria, do uso dos modelos, da teoria da dependência, das sociedades anônimas familiares e dos bancos. Enfoca, em particular, as teses sobre o empresariado, considerado frágil no Brasil na visão dos desenvolvimentistas e dependentistas, e destaca a necessidade de não se tomar São Paulo como paradigma de industrialização para todo o Brasil.

No primeiro capítulo dedica-se à análise das sociedades anônimas, de suas origens portuguesas e das influências britânicas e francesas, do predomínio no século XIX das relações privadas de crédito, e da vinculação deste à comercialização dos principais produtos agrícolas. Já no capítulo seguinte, discute o Código Comercial, as dificuldades para a sua implantação, os fatores que propiciaram o início da industrialização (Lei de Terras, tarifa Alves Branco, abolição do tráfico negreiro) e os problemas gerados pela adoção do padrão-ouro no Brasil. A chamada Lei dos "Entraves", de 1860, marcou o auge da controvérsia sobre política monetária, entre papelistas e metalistas, uni e pluri-emissores. Essa lei de 1860 criava dificuldades para a formação de sociedades anônimas e provocou o declínio das nacionais.

Maria Bárbara abordou, a partir de ângulos novos, a influência da Guerra do Paraguai na industrialização do Rio de Janeiro. O Encilhamento foi minuciosamente dissecado, desvinculando o debate das conotações ideológicas que o envolviam, relativas ao caráter nacionalista da política de Rui Barbosa. A Autora procurou oferecer uma visão global do Encilhamento, englobando a circulação monetária, as margens de endividamento das empresas, a alteração da política cambial e das tarifas com a introdução de taxas-ouro. Concluiu, no capítulo quinto, que houve um pico no investimento industrial durante o Encilhamento, evidenciado no aumento substancial da importação de maquinário pelo Brasil.

A política do café e o Convênio de Taubaté são analisados no capítulo sexto, a partir de suas repercussões na economia do Rio de Janeiro, onde houve maior investimento na indústria naqueles anos. Outro ponto controvertido da historiografia nacional, o do impacto da Primeira Guerra Mundial sobre a indústria, também foi estudado por ela, estabelecendo uma distinção entre seus efeitos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Maria Bárbara analisou as interpretações sobre a perda da liderança do Rio de Janeiro, atribuindo maior importância à elevação de fretes, a partir de 1913, ao encarecimento da energia, da matéria-prima e à diferença salarial entre Rio de Janeiro e São Paulo.

Ela vinculou esses aspectos às sociedades anônimas e à sua gestão, estudando casos específicos no Rio de Janeiro, e demonstrou que as sociedades anônimas não estavam realmente interessadas em captar o capital de terceiros. Não havia controle do financiamento destas sociedades, que pertenciam a grupos pequenos, fechados, geralmente familiares. As vezes eram apenas rótulos e os sócios, testas-de-ferro dos acionistas que promoviam compras e vendas de ações na Bolsa de Valores, simuladas, só para obter cotação e ter acesso à linha de crédito especial. Somente em 1940, a Lei de Sociedades Anônimas regulamentou os balanços, a conta de lucros e perdas e os relatórios e reorganizou o Conselho Fiscal, tornando-o responsável, do ponto de vista penal e civil, e incluindo as sociedades anônimas de economia mista. Esse período foi marcado pela intervenção do Estado e pelo surgimento das primeiras empresas de economia mista no Rio de Janeiro.

Em síntese, Maria Bárbara procurou abordar, através do seu estudo do Rio de Janeiro, as controvertidas questões de interpretação do processo de industrialização no Brasil, do século XIX à década de 1940, recorrendo a uma perspectiva global, distinguindo o regional e usando um ângulo de observação novo — o das sociedades anônimas — que permite visualizar a inter-relação dos setores estudados anteriormente de forma isolada na historiografia nacional.

Desejo ainda relembrar a participação dedicada de Maria Bárbara na organização da coletânea de textos de Manoel Maurício de Albuquerque, intitulada *Manoel Maurício - professor bem amado, mestre maldito*, publicado pela Editora Jorge Zahar, em 1987. Este trabalho, feito com carinho por um grupo de amigos, teve por objetivo preservar a memória e o pensamento de uma figura extraordinária pela sua cultura e defesa dos ideais de cidadania e justiça social.

* *

Conforme se pode verificar por este relato, a contribuição de Maria Bárbara para a História Econômica foi ampla e variada. No ensino secundário, transmitiu aos alunos seu espírito de luta e renovação da História e do Brasil. No ensino superior, desenvolveu a pesquisa de temas originais, promoveu novas técnicas, tomou a iniciativa de organizar arquivos, criar cursos na disciplina, explorando caminhos diversos, e formar novos historiadores.

A sua produção científica abriu perspectivas pioneiras na História da Bolsa, dos Bancos, das Empresas. Estimulou a análise multidisciplinar

desses temas. Reinterpretou o processo de industrialização brasileiro, demonstrando sua diversidade regional e atribuindo um papel significativo ao sistema de crédito e as companhias de seguro, às crises cíclicas da economia, em especial o Encilhamento.

Um traço forte de sua personalidade foi a integridade moral, defendendo seus ideais diante das pressões militares, e correndo todos os riscos para dar solidariedade aos perseguidos. Maria Bárbara Levy deixou uma obra de grande importância que sugere novos caminhos de pesquisa. A sua brilhante atuação acadêmica nunca impediu sua corajosa participação política. Sempre viveu intensa e apaixonadamente.